

NAS BANCAS



Foto: Antoninho Perri/Divulgação

Pesquisa revela violência doméstica contra homens com mais de 60 anos

RAQUEL DO CARMO SANTOS
kel@unicamp.br

Estudo desenvolvido no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), que teve como objeto as ocorrências registradas em duas delegacias de uma cidade do interior paulista, detectou uma forma de violência doméstica pouco conhecida: homens com 60 anos ou mais que sofreram algum tipo de agressão física ou ameaça. Em geral, explica a autora do trabalho, Amanda Marques de Oliveira, os estudos costumam afirmar que os casos mais comuns concentram-se na violência contra mulheres e crianças. “O que se percebe, no entanto, é que há uma complexidade de maior nos casos de violência doméstica contra o idoso, nos quais não somente a mulher pode ser pensada como a vítima”, explica.

Orientada pela professora Guita Grin Debert, a antropóloga Amanda de Oliveira contou com o financiamento da Fapesp e centrou seu trabalho de mestrado nos depoimentos de policiais e nas ocorrências registradas na Delegacia da Mulher e em um Distrito Policial, nos anos de 2006 e 2004, respectivamente. Pelos re-

gistros, na Delegacia da Mulher, 4% das denúncias foram feitas por mulheres com 60 anos ou mais, enquanto no Distrito Policial, a porcentagem de ocorrências contra homens idosos foi de 3%. “Isto significa que o foco no idoso abre para o desafio de se investigar outras formas de violência, inclusive dentro da família”, esclarece.

O que também chama atenção no estudo é que em todos os casos de agressão física, tanto com vítimas homens como mulheres, o principal acusado é um familiar do idoso. Na Delegacia da Mulher a maioria dos indiciados é formada pelos companheiros das vítimas e no Distrito Policial os registros apontam para os filhos como principais agressores.

Ao contrário do que se imagina, nas duas delegacias investigadas, a maioria dos idosos que registraram a queixa estão na faixa etária entre 60 e 69 anos e se declararam aposentados. Por isso, eles possuem renda própria e, em alguns casos, são proprietários de bens imóveis. “As vítimas apresentam elevado grau de independência e são investidos em relações familiares, comunitárias e de trabalho que impedem que os consideremos indivíduos dependentes e frágeis”, pondera Amanda.

Outra vertente das análises feitas pela antropóloga é a represen-

tação que os policiais das duas delegacias estudadas faziam da violência contra o idoso. “Existe uma invisibilidade e uma feminização no imaginário dos policiais do que seja a violência doméstica. O velho passivo e sem vigor físico, presente nas falas das autoridades, não é aquele que registra a ocorrência”, explica Amanda.

Os dados mostraram que os homens com 60 anos ou mais utilizam o Distrito Policial para fazer suas queixas. Segundo a autora do trabalho, os agentes não concebiam os velhos registrando ocorrências, pois sempre se referiam às denúncias contra idosos registradas, apenas, na Delegacia da Mulher. Além disso, os policiais evocavam em suas declarações uma velhice sempre marcada pela dependência e pela fragilidade física, uma vez afirmarem que os idosos eram preferencialmente vítimas do crime de maus-tratos. Não foi esse, no entanto, o perfil de crime e de idoso e encontrado pela pesquisadora nos boletins de ocorrência registrados, estes especialmente referentes a lesões corporais e ameaças denunciadas por idosos autônomos e independentes. “Há uma desconexão entre a maneira como esses agentes vêem a violência contra os idosos e aquilo que os boletins de ocorrência mostram”, analisa.



A antropóloga Amanda de Oliveira, autora do estudo: “As vítimas apresentam elevado grau de independência”

Agroecologia capacita mulheres de assentamento em Mogi Mirim

Aumento da renda não-agrícola, melhor oferta de alimentos saudáveis, maior participação econômica e social e visibilidade para a atividade desenvolvida foram alguns dos principais impactos que a inserção de programas de capacitação em agroecologia possibilitaram para um grupo de mulheres do assentamento do Vergel, em Mogi Mirim, no Estado de São Paulo. “A experiência trouxe um crescimento na participação feminina dentro do assentamento, além de valorizar seus conhecimentos e sua produção. Muitas comentaram que o processo alimentou o sonho de crescer e viver na terra”, explica a autora da pesquisa, Ana Paula Pegorer de Siqueira.

Durante três anos, Ana Paula acompanhou as reuniões quinzenais sobre quatro temas escolhidos pelas próprias mulheres. Elas não só receberam informações sobre manejo de horta, plantas medicinais, artesanato e processamento de alimentos, como também puderam externar os conhecimentos da cultura local. “O conhecimento dos agricultores não pode ser desprezado”, argumentou Ana Paula.

A dissertação de mestrado que analisou a experiência foi orientada pela professora Sonia Maria P. P. Bergamasso e apresentada na Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri). A motivação para o estudo, conta a engenheira agrônoma Ana Paula Siqueira, partiu da constatação de que as mulheres, mesmo com uma participação ativa na agricultura, sofrem com a falta de oportunidades. A pesquisa apurou que elas são responsáveis por 48%, em média, da renda familiar. O percentual é considerado bastante significativo.

“Mesmo assim o trabalho das mulheres não é valorizado, pois é classificado como ajuda. Ademais, o dinheiro auferido geralmente é controlado pelos mari-



A pesquisadora Ana Paula Pegorer de Siqueira: maior visibilidade e participação econômica

dos. Também possuem pouca autonomia nas decisões e ainda sofrem com a falta de capacitação. Enfrentam barreiras na busca do reconhecimento, o que muitas vezes resulta na evasão das mulheres que atuam no campo”, pondera a engenheira.

A experiência, desta forma, possibilitou um impacto positivo levando as mulheres a fundar a Associação de Mulheres Agroecológicas – AMA. A Associação não só trouxe inúmeros benefícios como ajudou na criação de um ambiente propício para participação política e social. “Ganharam mais atividades, mas o crescimento foi visível. Elas criaram, por exemplo, um banco de sementes para servir de suporte para as próximas plantações. Além de possibilitar a inserção na Rede de Agroecologia coordenada pela Embrapa Meio Ambiente. Participaram de mais de 20 eventos da área em universidades e institu-

tos de pesquisa e, o que é melhor, a comunidade passou a respeitá-las”, comemora.

Ana Paula explica que o conceito de agroecologia – a ciência que dá embasamento teórico e metodológico para a transição da agricultura convencional para uma agricultura de base ecológica – foi criado na década de 1930 e ganhou força nos anos de 1980, com as diversas conseqüências do modelo de agricultura convencional – que privilegia o uso de agrotóxicos – para o meio ambiente. “O conceito de sustentabilidade acabou evidenciando a Agroecologia como um novo paradigma na agricultura”, esclarece.

A experiência de capacitação das mulheres teve o envolvimento do Centro de Pesquisa Mokiti Okda, de Ipeúna, no Estado de São Paulo, onde Ana Paula era responsável pelo Setor de Ecologia Agrícola. A pesquisa teve apoio financeiro do CNPq. (R.C.S.)



A psicóloga Ewellyne Suely de Lima Lopes: “As crianças percebem as diferenças”

Relações entre gerações são tema de livro e dissertação

Há muito que a figura do idoso não corresponde mais ao estereótipo de tempos atrás por meio do qual o indivíduo era visto à margem da sociedade por não ter mais uma vida ativa. Este aspecto fica evidente no estudo de mestrado realizado pela psicóloga Ewellyne Suely de Lima Lopes. A pesquisa foi publicada no livro *Encontros Intergeracionais e Representação Social – o que as crianças pensam sobre os velhos e velhice*, lançado em março último pela Editora Setembro.

“As crianças percebem as diferenças e reconhecem que os velhos estão inseridos em práticas cotidianas como lazer, trabalho e outras”, destaca a psicóloga. O local escolhido para o estudo foi uma escola localizada na cidade de Jarinu, Estado de São Paulo. Lá, a professora Margaret Park, sua orientadora no mestrado em Gerontologia pela Unicamp, coordenou o projeto “Jarinu Tem Memória” que consistiu na ressignificação sócio-histórica e cultural do município, a partir da participação da comunidade local.

Ewellyne analisou as falas das crianças de cinco a seis anos, frequentadoras das aulas de pré-primário, quando os velhos foram convidados pela escola para discorrer sobre a cidade e suas ocupações. Inicialmente, conta a psicóloga, a idéia era ouvir apenas as crianças, mas o projeto evoluiu para analisar também as falas dos idosos. “Foi enriquecedor por conhecer e ter contato com os dois lados”, acredita.

Pelos dados apresentados no livro, a representação social que as crianças fazem da velhice diz respeito aos cabelos brancos, rugas e dificuldades no andar. Mas, segundo a autora, elas percebem a participação dos idosos em várias atividades sociais da cidade como encontros nas praças e festas. “Para elas, os velhos estão espalhados pela cidade, desenvolvendo ações e integrados na comunidade”, relata Ewellyne.

Já os velhos se ressentem pelas diferenças nos valores culturais e religiosos por parte das crianças. Lamentam também as ações de destruição do patrimônio da cidade. Porém, acreditam em uma aproximação das gerações em prol da perpetuação da história da cidade. “Os velhos possuem um sentimento de passar o bastão, deixar o conhecimento e a experiências para os mais jovens”, analisa.

A publicação é direcionada a gerontólogos, pedagogos, professores e todos os envolvidos na promoção do relacionamento entre crianças e velhos. O livro, segundo a autora, convida ao debate acerca dessa relação e da possibilidade de criar espaços de encontros e quebrar preconceitos. O estudo de mestrado foi financiado pela Fapesp. (R.C.S.)